

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --****Questão 26**

Quanto à garantia constitucional do *habeas corpus*, assinale a opção correta.

- A A ação de *habeas corpus* destina-se a atacar qualquer ato em processo penal.
- B Apenas advogados validamente inscritos na entidade de classe podem requerer *habeas corpus*.
- C *Habeas corpus* preventivo é aquele requerido após uma decisão judicial contrária ao direito.
- D Nem toda restrição à liberdade de locomoção justifica a concessão de *habeas corpus*.
- E Devido à sua necessária imparcialidade, os juízes não podem conceder *habeas corpus* por iniciativa própria, ou seja, de ofício.

**Questão 27**

Os partidos políticos

- A são equiparados a órgãos públicos no direito brasileiro.
- B devem submeter previamente à justiça eleitoral as decisões que alterem sua estrutura interna e definam o funcionamento de seus órgãos permanentes.
- C somente podem se constituir juridicamente após autorização do Ministério da Justiça.
- D devem atender a determinados requisitos da legislação para ter direito a recursos do fundo partidário.
- E podem ter abrangência apenas regional, restrita a alguns estados da Federação, a fim de defender interesses específicos.

**Questão 28**

Em relação aos municípios, assinale a opção correta.

- A Devido à autonomia dos municípios como entes da Federação, a câmara municipal pode livremente fixar o valor do subsídio dos vereadores, desde que respeite o equilíbrio orçamentário.
- B Devido ao impacto da criação de município na divisão de recursos federais, criá-los depende, entre outros requisitos, da aprovação de lei federal.
- C Cabe aos municípios apoiar financeiramente as denominações religiosas com maior adesão da população local.
- D Em concursos públicos para cargos em órgão da administração pública municipal, os residentes no município onde o órgão possui sede podem receber adicional de pontuação.
- E Compete aos municípios, além de União e Estados-membros da Federação, a proteção de bens de valor histórico, artístico e cultural, de monumentos, de paisagens naturais notáveis e de sítios arqueológicos.

**Questão 29**

No atinente às comissões parlamentares de inquérito (CPIs), assinale a opção correta.

- A As CPIs têm poderes de investigação próprios de juízes e podem praticar todos os atos que juízes podem decidir em investigações criminais.
- B A garantia constitucional contra autoincriminação também se aplica às CPIs, de modo que pessoas intimadas para prestar depoimento podem calar, a fim de não produzir prova contra si.
- C Quaisquer fatos podem ser investigados por CPI, quer tenham natureza preponderantemente jurídica ou política.
- D Devido à natureza anômala das CPIs frente à função legislativa, não se garante a imunidade aos parlamentares que as integram, enquanto nelas atuarem.
- E As CPIs podem ter a duração necessária à conclusão das investigações pertinentes ao objeto que lhes haja dado causa.

**Questão 30**

No que tange à organização e às competências do Poder Judiciário, assinale a opção correta.

- A As causas de competência do Poder Judiciário iniciam-se perante a primeira instância e, se atendidos certos requisitos processuais, podem chegar à última instância, que corresponde ao Supremo Tribunal Federal.
- B Julgar litígios concretos entre indivíduos não é a única função do Poder Judiciário, o qual pode também anular normas produzidas pelo Legislativo.
- C O Conselho Nacional de Justiça não integra o Poder Judiciário, cabendo-lhe o controle externo dos magistrados judiciais.
- D Metade dos membros do Conselho Nacional de Justiça é de juízes e juízas e a outra metade divide-se entre advogados e integrantes do Ministério Público.
- E Os crimes contra os direitos humanos devem ser julgados pela Justiça Federal.

**Questão 31**

Relativamente ao Ministério Público, assinale a opção correta.

- A Na atividade-fim da instituição, os membros do Ministério Público não se sujeitam a interferência de outras autoridades, mesmo do procurador-geral, chefe da instituição.
- B Nos locais onde a União não possui órgão de representação, essa função cabe, excepcionalmente, ao Ministério Público Federal.
- C Mesmo após a aposentadoria, membro inativo do Ministério Público não pode exercer atividade política.
- D Em virtude do princípio da unidade, todos os ramos do Ministério Público consideram-se um só órgão, sob chefia do procurador-geral da República.
- E Em virtude da garantia de inamovibilidade, em nenhum caso um membro do Ministério Público pode ser transferido de sua lotação contra sua vontade.

**Questão 32**

Com referência à ação direta de inconstitucionalidade (ADI), assinale a opção correta.

- A Nas ADIs, a figura do *amicus curiae* não tem a função de defender a constitucionalidade da norma infraconstitucional.
- B O controle de constitucionalidade exercido pelo Supremo Tribunal Federal restringe-se à ADI e a outras ações de controle concentrado.
- C Os legitimados pela Constituição da República para ajuizar ADI podem propô-la para discutir a constitucionalidade de qualquer norma federal em face da Constituição.
- D Para que o Supremo Tribunal Federal conceda medida liminar em ADI, o requisito decisivo é a presença de perigo no processamento da ação (o chamado *periculum in mora*).
- E O Supremo Tribunal Federal não pode conceder medida liminar em ADI sem manifestação prévia do procurador-geral da República.

**Questão 33**

No que se refere à reforma agrária, assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas a União pode desapropriar imóveis rurais.
- Ⓑ O respeito às normas ambientais pode gerar aplicação de multas a proprietários rurais, mas não é aspecto relevante para fins de reforma agrária.
- Ⓒ Aplica-se ao processo administrativo de desapropriação para fins de reforma agrária a garantia do devido processo legal, que abrange notificação ao proprietário antes do ato de desapropriação.
- Ⓓ Qualquer propriedade rural improdutiva que não cumpra sua função social é passível de desapropriação para fins de reforma agrária.
- Ⓔ Caso um imóvel seja desapropriado para reforma agrária, o pagamento integral de seu valor atualizado deve ocorrer antes de o poder público se imitar na posse do bem.

**Questão 34**

A autorização

- Ⓐ é um ato vinculado.
- Ⓑ é um ato declaratório.
- Ⓒ é um ato precário.
- Ⓓ deve ser precedida de indenização prévia ao prejudicado pelo ato.
- Ⓔ deve ser precedida de licitação.

**Questão 35**

No que diz respeito aos serviços públicos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Não é possível a celebração de contrato de parceria público-privada para a prestação de serviços públicos por período inferior a cinco anos.
- Ⓑ A concessão do serviço público por intermédio de parceria público-privada deve ser precedida de procedimento de licitação na modalidade leilão.
- Ⓒ Ao poder público é vedada a formalização de parceria com sociedade civil estrangeira.
- Ⓓ Em caso de inadimplência, por três meses seguidos, de usuário de serviço público, o serviço poderá ser suspenso sem comunicação prévia da suspensão.
- Ⓔ A manifestação do usuário de serviço público perante a ouvidoria do órgão ou da entidade responsável deverá conter os motivos determinantes e motivadores.

**Questão 36**

Acerca de licitações e contratos administrativos, assinale a opção correta.

- Ⓐ A permissão de uso com natureza de ato administrativo (precária e revogável) deve ser submetida a licitação prévia.
- Ⓑ A modalidade de licitação pregão deve ser utilizada para contratações de obras.
- Ⓒ Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para a assessoria jurídica da administração, à qual incumbirá fazer o controle de legalidade *a posteriori* mediante análise jurídica da contratação.
- Ⓓ O contrato administrativo é um contrato de adesão, e, finda a licitação, o ganhador é convocado para assinar o contrato.
- Ⓔ Apenas os interessados na licitação poderão apresentar impugnação ao edital.

**Questão 37**

No que se refere à intervenção do Estado na propriedade, assinale a opção correta.

- Ⓐ O tombamento tem por objeto bens imóveis que tenham interesse cultural ou ambiental para a preservação da memória, mas não deve ser aplicado a bens móveis.
- Ⓑ A desapropriação é um ato que suprime o direito de propriedade em razão da conduta de culpa do proprietário.
- Ⓒ A utilização, pelo poder público, de uma escola privada, para a instalação de zonas eleitorais, configura limitação administrativa.
- Ⓓ Nos casos em que houver a requisição administrativa, o proprietário do bem que sofrer a requisição terá direito a uma indenização posterior, independentemente de o bem ter ou não sofrido dano.
- Ⓔ A servidão administrativa consiste no direito real de gozo, de natureza pública, sobre imóvel de propriedade alheia.

**Questão 38**

No que se refere à responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em caso de explosão que cause danos a terceiros em estabelecimento comercial que comercialize clandestinamente fogos de artifício, a responsabilidade civil do Estado será subjetiva, por ausência de fiscalização específica.
- Ⓑ No caso de um suposto erro médico em hospital público, respaldado pela omissão administrativa, a responsabilidade civil do Estado passa a ser subjetiva.
- Ⓒ Caso foragido do sistema prisional dirigindo veículo em alta velocidade colida com um terceiro e cause-lhe dano, a responsabilidade do Estado será objetiva, devendo o Estado indenizar a vítima.
- Ⓓ Quanto à responsabilidade das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos, o Estado somente será responsabilizado se houver comprovação de omissão do ente público.
- Ⓔ Em caso de concurso público organizado por instituição privada ser cancelado por indícios de existência de fraude, o Estado estará isento de ressarcir qualquer dano causado aos candidatos.

**Questão 39**

Quanto aos poderes e deveres da administração pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ O poder de polícia não pode ser delegado a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração pública indireta.
- Ⓑ Poder hierárquico é o concedido aos chefes dos Poderes Executivos, para expedirem decretos e regulamentos.
- Ⓒ Em se tratando de poder vinculado, o administrador público não possui margem decisória, devendo praticar o ato da forma como está prevista em lei.
- Ⓓ Um agente público superior pode optar por aplicar ou não uma sanção disciplinar, ainda que fique comprovada a infração pelo servidor.
- Ⓔ Município pode fixar o horário bancário que melhor lhe aprouver, em decorrência do seu poder regulamentar.

**Questão 40**

A respeito do controle da administração pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ O controle de mérito do ato administrativo é realizado pelo Poder Judiciário.
- Ⓑ A consulta pública é exemplo de controle exercido pelo Poder Legislativo.
- Ⓒ A aplicação da sanção prevista em lei ao responsável por ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas é um exemplo de controle realizado pelo Poder Judiciário.
- Ⓓ Um exemplo de controle realizado pelo Poder Legislativo é a possibilidade de o Congresso Nacional sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem seu poder regulamentar.
- Ⓔ O controle interno é exercido quando a administração é provocada, por meio de petições ou recursos administrativos, não podendo ser exercido de ofício.

**Questão 41**

De acordo com a Lei estadual n.º 7.692/2002, que disciplina as regras do processo administrativo na administração pública no estado do Mato Grosso, assinale a opção correta.

- Ⓐ Um órgão administrativo não poderá delegar sua competência a outros órgãos.
- Ⓑ O ato administrativo poderá ser convalidado mediante indenização prévia, mesmo quando resulte em prejuízo a terceiro.
- Ⓒ A administração pública estadual poderá se recusar a protocolar uma petição, desde que fundamente, de forma específica, a justificativa para tal recusa.
- Ⓓ O indeferimento da alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, o qual terá efeito suspensivo.
- Ⓔ A autoridade ou o servidor que tiver algum motivo de impedimento deve comunicar tal fato à autoridade competente, constituindo falta grave, para efeitos disciplinares, a omissão do dever de comunicar o impedimento.

**Questão 42**

Lei federal nova poderá entrar em vigor no Brasil

- Ⓐ na data da sua publicação, desde que não verse sobre direitos individuais ou políticos.
- Ⓑ no prazo de quarenta e cinco dias após a data da sua publicação, desde que verse sobre direitos eleitorais ou políticos.
- Ⓒ na data da sua publicação, caso o presidente da República assim disponha no ato da sua sanção.
- Ⓓ na data da sua publicação, caso o presidente do Congresso Nacional demonstre a necessidade da sua vigência imediata.
- Ⓔ no prazo de um ano após a sua publicação, caso haja previsão legal na própria lei que a tiver instituído.

**Questão 43**

A desconsideração da personalidade jurídica poderá se estender

- Ⓐ a qualquer dos seus sócios, mesmo aqueles que não pratiquem ato de gestão.
- Ⓑ apenas ao administrador, independentemente de ser ou não ser sócio.
- Ⓒ aos sócios administradores e aos sócios que concorrem para a prática de atos configuradores do abuso da personalidade jurídica.
- Ⓓ a qualquer pessoa que exerce poder de gestão, inclusive o administrador empregado.
- Ⓔ a todos aqueles que concorrem para a prática de atos configuradores do abuso da personalidade jurídica, inclusive o administrador empregado.

**Questão 44**

A assunção de dívida

- Ⓐ independe da anuência do credor em qualquer caso.
- Ⓑ depende da anuência do credor em qualquer caso.
- Ⓒ depende da anuência do credor tão somente no caso do novo devedor ter idade superior a setenta anos.
- Ⓓ independe da anuência do credor nos caso de o patrimônio do novo devedor ser dez vezes superior ao valor da dívida por ele assumida.
- Ⓔ depende exclusivamente do ajuste de vontade a ser firmado entre o devedor originário e o novo devedor.

**Questão 45**

Suponha que Álvaro tenha assumido o compromisso de cumprir uma obrigação alternativa e, antes do prazo estipulado, tenha se tornado impossível o cumprimento da obrigação assumida, sem que ele tenha concorrido para tal. Nessa situação hipotética,

- Ⓐ extinguir-se-á a obrigação sem qualquer responsabilização civil por parte de Álvaro.
- Ⓑ o beneficiário da obrigação poderá exigir indenização equivalente ao valor da obrigação de maior valor, mas não poderá exigir dano moral.
- Ⓒ o beneficiário da obrigação poderá exigir indenização equivalente ao valor da obrigação que lhe aprouver mais dano moral.
- Ⓓ o beneficiário da obrigação poderá exigir que terceiro cumpra de outro modo qualquer das obrigações assumidas, às expensas de Álvaro.
- Ⓔ é devida indenização ao beneficiário da obrigação, além de eventual dano moral, mas cabe a Álvaro definir qual das obrigações será objeto de indenização.

**Questão 46**

Maria pretende firmar um contrato de usufruto com sua irmã Clotilde. Sua intenção é conceder por cinco anos o usufruto de todo o seu patrimônio, constituído de um imóvel rural contendo a casa aonde reside com seus filhos, além de plantações e toda a criação de gado bovino constante do imóvel.

A respeito da possibilidade de que tal contato seja firmado, assinale a opção correta.

- Ⓐ Não há nenhum óbice jurídico quanto a formalização do contrato.
- Ⓑ O contrato não pode ser firmado nessas condições, pois é vedada a concessão de usufruto de animais.
- Ⓒ O contrato não pode ser firmado nessas condições, pois é vedada a formalização de usufruto entre irmãos.
- Ⓓ O contrato não pode ser firmado nessas condições, pois é vedada a concessão de usufruto de animais e da residência do nu-proprietário.
- Ⓔ O contrato não pode ser firmado nessas condições, seja em decorrência do limite excessivo do tempo pactuado, seja fato de ser vedada a concessão de usufruto de todos os bens do nu-proprietário.

**Questão 47**

Considere que Bruno tenha firmado um contrato com determinado banco no qual se obrigou a pagar quantia certa em 36 prestações mensais e sucessivas, tendo dado em garantia pignoratícia um relógio avaliado no valor da obrigação assumida. Nessa situação hipotética,

- A Bruno poderá exigir que, enquanto perdurar a obrigação principal, a coisa empenhada permaneça em seu poder, podendo o banco exigir a sua custódia somente em caso de inadimplemento total da obrigação.
- B a custódia da coisa empenhada deve permanecer em poder de Bruno, mas, em caso de inadimplemento de qualquer das prestações, o banco poderá exigí-la.
- C o banco tem o direito de custodiar a coisa empenhada, mas, após o cumprimento de oitenta por cento da obrigação principal, Bruno poderá exigir a sua restituição.
- D a custódia da coisa empenhada será atribuída às partes contratantes, mas, em caso de sua perda ou deterioração, o ônus será suportado pelo garantidor Bruno.
- E durante o tempo da garantia, o banco será obrigado a custodiar a coisa empenhada, mas, em caso de sua deterioração, não será responsabilizado, salvo se ele concorrer para sua ocorrência.

**Questão 48**

Gustavo passeava no parque com o seu cachorro quando então se distraiu e o animal escapou e atacou Flávio, causando-lhe diversos ferimentos graves, além de ter deixado cicatrizes por todo o seu corpo.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta acerca de responsabilidade civil.

- A Gustavo não poderá ser responsabilizado civilmente pelos danos suportados por Flávio.
- B A responsabilidade civil de Gustavo se restringe às despesas com o tratamento médico decorrentes dos ferimentos sofridos.
- C A responsabilidade civil de Gustavo recai exclusivamente sobre as despesas com o tratamento médico e aos lucros cessantes decorrentes das lesões.
- D A responsabilidade civil de Gustavo se estende sobre toda a extensão do dano suportado por Flávio, incluindo-se as despesas com o tratamento médico decorrentes dos ferimentos sofridos, os lucros cessantes e danos morais.
- E A responsabilidade civil poderá recair sobre Gustavo, desde que seja configurado o seu dolo.

**Questão 49**

Roberto e Francisco firmaram um contrato de compra e venda de um veículo, por meio do qual Francisco se comprometeu a cumprir a obrigação em dez parcelas mensais e consecutivas. Após o cumprimento da terceira parcela Francisco se tornou inadimplente.

Nessa situação hipotética, Roberto

- A não poderá exigir o cumprimento das parcelas inadimplidas, embora possa pedir a resolução do contrato.
- B poderá exigir-lhe o cumprimento das parcelas inadimplidas acrescidas de indenização por perdas e danos, mas não poderá pedir a resolução do contrato.
- C poderá pedir a resolução do contrato ou exigir o cumprimento integral da obrigação pactuada, cabendo, em qualquer dos casos, cumular pedido de indenização por perdas e danos.
- D poderá pedir a resolução do contrato e exigir o cumprimento integral da obrigação pactuada, além de cumular com pedido de indenização por perdas e danos.
- E não poderá pedir a resolução do contrato nem exigir o cumprimento integral da obrigação pactuada, podendo pedir apenas indenização por perdas e danos.

**Questão 50**

No que se refere aos direitos decorrentes das relações de consumo, julgue os itens a seguir.

- I Para efeito de relação de consumo, as pessoas físicas e as pessoas jurídicas de direito privado estrangeiras não podem ser consideradas fornecedores.
- II As empresas privadas concessionárias de serviços públicos se submetem às normas de proteção ao consumidor.
- III É vedado aos fornecedores colocar no mercado de consumo qualquer tipo de produto que possa acarretar risco à saúde ou à segurança dos consumidores, independentemente da natureza do produto.
- IV Constitui prática abusiva a ação do fornecedor que envia ao consumidor produtos sem prévia solicitação, equiparando-se às amostras grátis os produtos remetidos ao consumidor sem a sua solicitação, de modo que inexistente obrigação de pagamento.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I e II estão certos.
- B Apenas os itens I e III estão certos.
- C Apenas os itens II e IV estão certos.
- D Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- E Apenas os itens II, III e IV estão certos.

**Questão 51**

No que se refere aos contratos, julgue os itens a seguir.

- I Nas relações contratuais é vedado aos contratantes disporem sobre a herança de pessoa viva.
- II Diz-se comutativo aquele contrato caracterizado pela incerteza e imprevisibilidade, em que as partes não são capazes de antever os seus efeitos e, por esse motivo, constitui um contrato de risco para as partes.
- III Nos contratos de compra e venda, se os contratantes não dispuserem de modo diverso, o comprador responde por todos os débitos que gravem sobre a coisa adquirida até o momento da tradição.
- IV No contrato de doação, o doador pode estipular que os bens doados voltem ao seu patrimônio, se sobreviver ao donatário, mas não poderá estabelecer cláusula de reversão em favor de terceiro.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I e II estão certos.
- B Apenas os itens I e IV estão certos.
- C Apenas os itens II e III estão certos.
- D Apenas os itens III e IV estão certos.
- E Apenas os itens II, III e IV estão certos.

**Questão 52**

No que se refere às pessoas jurídicas, julgue os itens a seguir.

- I Os direitos da personalidade não se estendem às pessoas jurídicas de direito privado.
- II As organizações religiosas e os partidos políticos são considerados pessoas jurídicas de direito privado.
- III As associações são pessoas jurídicas de direito privado constituídas pela união de pessoas que se organizam com o objetivo de promover atividades sociais, culturais ou esportivas, com ou sem fins econômicos.
- IV As fundações de natureza privada podem ser instituídas por escritura pública e podem se destinar à promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I e II estão certos.
- B Apenas os itens I e III estão certos.
- C Apenas os itens II e IV estão certos.
- D Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- E Apenas os itens II, III e IV estão certos.

**Questão 53**

Ajuizada ação monitoria para obter a constituição de título executivo judicial em relação a notas fiscais de venda de produtos realizada a determinada empresa, foram opostos embargos monitorios, e, após a impugnação, o julgamento foi convertido em diligência para que a parte regularizasse a sua representação processual no prazo de dez dias, considerando-se que a procuração fora outorgada por pessoa jurídica diversa da demandada. A parte apresentou procuração outorgada pela pessoa física que representa a referida empresa, razão pela qual foi decretada a revelia e constituído o título executivo judicial no valor total das notas fiscais apresentadas pelo demandante. A parte sucumbente interpôs recurso de apelação.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ A ausência de impugnação específica dos fundamentos da sentença recorrida apelada, caracterizada pelo não direcionamento da argumentação contra os fundamentos adotados na decisão, a sua vaga discussão ou a repetição de argumentos usados em outras fases do processo, não impede o conhecimento do recurso de apelação.
- Ⓑ A petição inicial da ação monitoria deve ser instruída com o comprovante de pagamento das custas iniciais, não se admitindo a juntada posterior para atender esse requisito de validade intrínseco ao processo, razão pela qual o recurso de apelação deve ser provido para anular o processo e indeferir a petição inicial.
- Ⓒ O não cumprimento de determinação judicial para regularização de representação processual pelo réu impõe a decretação de revelia.
- Ⓓ A presunção de veracidade dos fatos que decorre da revelia impõe o acolhimento de todos os pedidos formulados na petição inicial.
- Ⓔ A citação válida realizada em processo anteriormente extinto por ausência de interesse processual não interrompe o prazo prescricional para o ajuizamento da ação monitoria.

**Questão 54**

Relativamente às demandas coletivas no sistema processual vigente, assinale a opção correta.

- Ⓐ A sentença de improcedência prolatada em sede de ação civil pública não se sujeita ao reexame necessário.
- Ⓑ A decisão que indefere, em sede de ação popular, a realização de prova pericial se enquadra entre as passíveis de impugnação por meio da interposição de agravo de instrumento.
- Ⓒ Não se pode presumir a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita quando o pedido formulado pela parte não tiver sido expressamente indeferido por decisão fundamentada.
- Ⓓ Os sindicatos, quando no polo ativo de ações coletivas, atuam na qualidade de substitutos processuais, amparados em legitimação extraordinária, defendendo, em nome próprio, o direito de todos os integrantes da categoria profissional substituída, independentemente de autorização expressa para o ajuizamento da demanda.
- Ⓔ Não é possível a realização do controle de constitucionalidade em sede de ação popular.

**Questão 55**

No que se refere a liquidação e cumprimento de sentença, assinale a opção correta.

- Ⓐ São alternativamente competentes para processar e julgar a liquidação e a execução individual de sentença coletiva o foro no qual tramitou a ação de conhecimento, sem prevenção do juízo que julgou a demanda coletiva; o foro do domicílio do exequente; o foro do atual domicílio do executado e o foro onde se localizam os bens do executado sujeitos a expropriação.
- Ⓑ Os critérios de elaboração dos cálculos fixados em sede de liquidação não estão cobertos pela preclusão.
- Ⓒ O acolhimento da impugnação ao cumprimento de sentença não autoriza a fixação de honorários de sucumbência em favor do advogado do devedor.
- Ⓓ O pronunciamento judicial que julga a impugnação ao cumprimento de sentença, sem, contudo, extinguir o processo, externando veredito de procedência, desafia a interposição de recurso de apelação no prazo de quinze dias.
- Ⓔ A impenhorabilidade de até quarenta salários mínimos restringe-se a quantia depositada em caderneta de poupança.

**Questão 56**

No que concerne ao processo civil brasileiro vigente, assinale a opção correta.

- Ⓐ Sob pena de nulidade, o juiz que concluir a instrução do processo deverá julgar a lide.
- Ⓑ A vedação à decisão surpresa se aplica à análise dos requisitos de admissibilidade recursal.
- Ⓒ A nulidade da falta de intimação da defensoria pública independe da demonstração do prejuízo.
- Ⓓ O Ministério Público não possui legitimidade recursal nos processos em que atua como *custos legis*.
- Ⓔ A irreversibilidade dos efeitos da decisão impede, em regra, a concessão da tutela de urgência de natureza antecipada.

**Questão 57**

Considerando o trâmite de uma ação submetida ao procedimento comum relativa a danos materiais suportados pelo demandante, assinale a opção correta.

- Ⓐ No caso de julgamento antecipado da lide, a ausência de designação de audiência de conciliação e mediação constitui nulidade.
- Ⓑ A emenda da petição inicial, presente vício sanável ou insanável, não constitui direito subjetivo do autor.
- Ⓒ Alegada, na contestação, ilegitimidade passiva, o juiz facultará ao autor a alteração da petição inicial, em quinze dias, para substituição do réu.
- Ⓓ Constitui julgamento *ultra petita* a correção de ofício do valor da causa.
- Ⓔ O não comparecimento injustificado da parte ou de seu representante legal à audiência de conciliação constitui ato atentatório à dignidade da justiça, devendo ser sancionado com multa, mediante decisão agravável de instrumento.

**Questão 58**

Considerando a fase de conhecimento, a fase recursal e a fase executiva de um processo cível, assinale a opção correta.

- Ⓐ Assegurada a ampla dilação probatória requerida pelas partes, não se configura o cerceamento de defesa a sentença que julgar improcedente a ação por deficiência de elementos probatórios dos fatos narrados na petição inicial.
- Ⓑ A homologação de acordo extrajudicial versando sobre direitos disponíveis, com vistas a extinguir a demanda judicial, requer a representação de advogado regularmente constituído.
- Ⓒ Notas promissórias emitidas como instrumento de garantia *pro solvendo* em contrato de *factoring* constituem títulos executivos extrajudiciais líquidos, certos e exigíveis.
- Ⓓ É lícito ao locatário, em sede de contrarrazões, deduzir pedido de afastamento da necessidade de pagamento de caução para cumprimento provisório da sentença.
- Ⓔ É vedado ao juiz limitar o litisconsórcio facultativo multitudinário.

**Questão 59**

Considerando as regras procedimentais especiais, inclusive aquelas referentes às ações coletivas, assinale a opção correta.

- Ⓐ A legitimidade extraordinária ativa de entidade associativa para a propositura de ação coletiva prescinde de autorização expressa dos substituídos.
- Ⓑ Os atos administrativos passíveis de controle mediante ação popular são aqueles tipicamente individuais, que traduzem uma lesão concreta e imediata, de forma que seja plenamente identificada a possibilidade de reversão com a procedência da ação.
- Ⓒ Excepcionalmente, admite-se o manejo da ação popular para a impugnação de norma geral e abstrata.
- Ⓓ Caracteriza *reformatio in pejus* a alteração, em sede de reexame necessário, do índice de correção monetária fixado na sentença que tenha julgado ação civil pública.
- Ⓔ Na ação de consignação em pagamento, é do devedor o ônus da prova da recusa injustificada em receber a obrigação, seja por ação, seja por omissão.

**Questão 60**

Considerando o arcabouço processual civil vigente relativo a fase recursal, executiva e de conhecimento, assinale a opção correta.

- Ⓐ O reconhecimento da fraude à execução independe do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente.
- Ⓑ Há deserção do recurso especial se, intimada a comprovar o tempestivo recolhimento do preparo ou efetuar o seu pagamento em dobro, a parte permanecer inerte.
- Ⓒ A decisão de julgamento imediato parcial do mérito deve ser impugnada por meio de recurso de apelação.
- Ⓓ No âmbito do processo eletrônico, defere-se aos litisconsortes com diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, a contagem em dobro dos prazos para todas as manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento.
- Ⓔ Cabe agravo da decisão do relator que indefere o pedido de ingresso do terceiro na condição de *amicus curiae*.

**Espaço livre**